

A Prática Pedagógica dos Professores das 1ª Séries do Ensino Fundamental Frente à Inclusão de Alunos Portadores de Necessidades Especiais

Francisca Darlene Ribeiro de Melo
Maria Helena Dias
Márcia Ribeiro de Melo
Rosângela Duarte

Resumo

Este artigo foi elaborado com a intenção de investigar como ocorre o processo de inclusão escolar na 1ª série do Ensino Fundamental das Escolas Públicas. A inclusão escolar é a inserção de alunos portadores de necessidades educativas especiais em classes regulares de forma incondicional a todas as crianças, o que implica mudanças no sistema educacional que vão desde a organização do espaço escolar até a definição de práticas pedagógicas que favoreçam a todos. Temos como foco diagnosticar e discutir a prática pedagógica dos professores dessas escolas, ao se defrontarem com a inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais, suas ações, reações e anseios. Diante dessa realidade, poderemos interagir contribuindo para uma política de educação inclusa, visando uma mudança de atitude dos professores, alunos e da escola.

Palavras Chave: inclusão, sistema educacional, práticas pedagógicas.

Abstract

This article was elaborated with the intention of investigating how the process of school inclusion in the first grade of Public Primary Schools occurs. School inclusion is the insertion of students with special educational needs in regular classes in conditions that are not necessarily suitable for all children. This implies that there should be changes in the educational system starting from the organization of space in school to the definition of pedagogic practices that favour all. Our focus is to diagnose and to discuss the pedagogic practices of teachers in the schools that face situation of inclusion of students with special educational needs, their actions, reactions and anxieties. In the light of this reality, we will be able to interact, contributing to an educational system which seeks change in the attitude of teachers, students and schools.

Keys words: inclusion, educational system, pedagogic practices.

Inclusão no Sistema Regular de Ensino.

A inclusão de alunos portadores de necessidades especiais no Sistema Regular de Ensino apesar de ser assegurada por lei, ainda causa muito impacto entre os professores que atuam na rede de ensino regular e até mesmo aos especialistas em educação especial. Entretanto, a atitude do professor é a que mais contribui para o sucesso da inclusão. Este impacto se dá de forma tão visível no nosso cotidiano escolar, pois os professores do ensino regular se sentem despreparados para receber esses alunos, uma vez que em suas salas de aula, grande parte deles, ainda não sabe como lidar com os problemas de disciplina e aprendizagem que enfrentam com seus alunos.

Uma outra situação que impede que o processo de inclusão escolar ocorra de fato, é a falta de oportunidade de

discussões por parte da comunidade escolar de redefinir seus planos, buscando a construção de um projeto político pedagógico que venha favorecer os alunos portadores de necessidades especiais. Dessa forma, as escolas ainda não apresentam propostas condizentes com a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos, reconhecendo e valorizando as diferenças.

A inclusão de crianças deficientes nas classes regulares é um assunto que nunca esteve tão presente no dia-a-dia da Educação brasileira. Desde a aprovação da lei Federal 7.853/89, que dispõe sobre o apoio aos deficientes e sua integração social, houve uma preocupação a mais por parte das instituições de ensino e dos professores. No entanto, sabemos que o *"próprio sistema escolar definia divisão entre alunos normais e deficientes, ensino regular e especial não conseguindo produzir a reviravolta que a inclusão impõe"*. (Marltoar, 2003, p.19).

Em relação à formação de professores, apesar de hoje os cursos de pedagogia, oferecerem a disciplina Educação Especial, ainda não é o suficiente para que os mesmos sintam-se preparados para atender esses alunos. Por esse motivo ainda há uma resistência muito grande na aceitação da inclusão.

Partindo de nossas experiências e dificuldades para enfrentar o desafio da inclusão escolar de alunos portadores de necessidades especiais e do depoimento de professores, sentimos o desejo de pesquisarmos a respeito desse assunto. O que nos leva a essa investigação é tentarmos provocar uma reflexão a respeito dos alunos, dos paradigmas educacionais e descobrir como a inclusão ocorre e, como se dá o cumprimento da lei.

Portanto, pretendemos com esse trabalho contribuir para a conscientização da família dos alunos e da sociedade em geral, no sentido de efetivar nas turmas escolares do ensino regular o

processo de inclusão. Assim como incentivar os professores a darem continuidade a sua formação, considerando a urgência do tema, o que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais na maioria das escolas.

Acreditamos que a transformação do indivíduo se processa por meio das relações interpessoais e intrapessoais que se estabelecem reciprocamente. Numa classe inclusiva deve-se propiciar uma educação voltada para a cooperação, à autonomia intelectual, social e a aprendizagem ativa, condições estas que proporcionam o desenvolvimento global de todos os alunos, assim como o aprimoramento profissional dos professores.

Para que as escolas se tornem espaços vivos de acolhimento e formação para todos os alunos é preciso transformá-la em ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, onde todas as crianças são acolhidas, indiscriminadamente.

Inclusão: questão legal.

Pela Constituição Federal de 1988, Cap. II, Artigo 205, "*A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da Sociedade (...)*". Por si só, este artigo já é de grande importância para os portadores de necessidades especiais. Além disso, o Artigo 208, Inciso III reassegura o "*(...) atendimento educacional especialmente na rede regular de ensino*".

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394 / 96, Capítulo V, específica à Educação Especial, no Artigo 58, reafirma a preferência pela rede regular de ensino e os deveres do Estado e da Educação Pública. É importante lembrar que as opções da escola regular se reduzem ao atendimento exclusivo em classes

especiais ou classe comum, mas permitem flexibilidade de planos de apoio intermediário ou combinado.

Destaca-se no mesmo artigo a oferta da Educação Especial na Educação Infantil, área em que o atendimento educacional aos alunos com necessidades especiais é, ao mesmo tempo, tão escasso quanto importante.

No Artigo 59, Inciso III, prevê "*professores com especialização adequada em nível médio ou superior (para atendimento especializado), bem como professores do ensino regular capacitado para a integração dos educandos nas classes comuns*".

Sendo assim, a formação e a capacitação do professor impõe-se como meta principal na concretização de um sistema educacional de inclusão. O próprio sistema educacional que prevê a inclusão dos portadores de necessidades especiais no ensino regular precisa urgentemente implantar projetos que venham contemplar nos programas de formação de professores conteúdos que permitam a eles a compreensão de situações complexas de ensino, bem como, a aceitação das diferenças individuais de cada um, pois segundo Mantoan (2003, p.81), "*Ensinar na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis*".

Situação histórica e conceitual.

A história da Educação Especial tem sido marginalizada ao longo dos anos por grupos sociais, políticos e culturais que convencionam os limites entre "normalidade" e "anormalidade". Apesar disso, tem-se buscado a superação dessas diferenças e algumas modificações importantes tem ocorrido como:

questionamentos acerca dos distúrbios, conceitos de adaptação social e estimulação precoce.

Na busca de uma escola que atendesse a todos, por iniciativa da UNESCO, um grupo de países assinou o Projeto Principal de Educação (México -1979), com o objetivo de definir e adotar algumas medidas para combater a elitização da escola nos países da América Latina. A partir deste Projeto, o atendimento aos portadores de necessidades especiais, nas escolas de ensino regular passou a ser feito em classes especiais, caracterizando-se assim a integração social. Conforme afirma Mantoan (2003, p.23) "*a integração escolar é a justaposição do ensino especial ao regular...*". Desta forma, o atendimento aos portadores de necessidades especiais continua a ser discriminatório, onde os alunos precisam mudar para atender as exigências da escola. Quando na realidade, parece-nos mais recomendável atribuir esta característica à escola para que qualquer aluno tenha sucesso.

Hoje, a ênfase é a escola oferecer uma resposta a sua demanda. A perspectiva é de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo.

O termo inclusão foi oficializado em 1994, quando foi implantado durante a conferência Mundial em Salamanca, na Espanha, a Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em Educação Especial, reafirmando o direito de todos a educação, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, reconhecendo as necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

A inclusão escolar também implicara inserção dos alunos portadores de deficiência nas classes regulares de forma incondicional, completa e sistemática. Isto representa um avanço considerável na história da Educação, principalmente em relação ao movimento de integração.

Refletir sobre inclusão significa quebrar paradigmas, pois sua proposta é de mudança. Portanto, é necessário que a escola se adapte ao aluno. Segundo Mantoan, (2003, p.09): *"A perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças..."*.

Ou seja, as mudanças vão além da sala de aula, implica numa mudança de perspectiva educacional, que não atinge somente alunos com deficiência, mas todos os demais. Escola e sociedade precisam estar preparadas.

César Coll (1995, p.11), define o aluno portador de necessidades educacionais especiais como *"o aluno que apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos"*.

Diante desse conceito, percebemos, mais uma vez, a importância de uma resposta educacional a estes alunos, o que pressupõe uma reflexão por parte da escola sobre como adaptar o currículo, aquisição de materiais didáticos, adequação do prédio e preparo do professor. Mantoan (2003, p.19) afirma ainda que: *"Se pretendemos uma escola inclusiva é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceito e que reconhece e valoriza as diferenças"*.

Numa sociedade altamente preconceituosa, o verdadeiro sentido da inclusão escolar se reduz unicamente à inserção de alunos através da matrícula, principalmente quando se refere a portadores de necessidades especiais no ensino regular. Se faz necessário que haja uma mudança na proposta político pedagógico das escolas, na postura diante dos alunos portadores de necessidades especiais e na formação dos professores.

Realidade em Roraima.

A discussão em torno da inclusão escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais tem se intensificado nos últimos dez anos, desde a Declaração de Salamanca. Segundo dados do Ministério da Educação, no ano de 2003, houve um crescimento de 31,3% em relação ao ano anterior, ou seja, dos 504.039 alunos portadores de necessidades especiais matriculados em todo Brasil, estão inclusos em classes comuns do ensino regular 145.141 alunos.

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Educação Especial, no Estado de Roraima, atende-se atualmente um total de 1.561 alunos portadores de necessidades especiais, sendo distribuído entre a Escola de Educação Especial, Classes Especiais, Salas de Recursos e Centros com atendimentos específicos conforme a deficiência. Desse total de matrículas, há apenas 262 alunos que estão inclusos em classes regulares, sendo que, no município de Boa Vista são atendidos 160 alunos em 49 escolas. Percebe-se ainda um número muito pequeno em relação à demanda.

Sabemos que o simples fato de estar matriculado na rede regular de ensino não caracteriza a inclusão. É necessário observar como está sendo feito o atendimento a esses alunos e como os professores estão reagindo as necessidades dessa mudança. É preciso refletir sobre a formação dos educadores, prepará-los para lidar não só com as diversidades, mas também com as diferenças, bem como ressaltar o papel primordial dos diretores e coordenadores no sentido de apoiar e orientar os professores. Enfim, toda a comunidade escolar deve estar muita bem formada e informada no que se refere à inclusão de alunos portadores de necessidades especiais.

Diante da realidade das escolas de Boa Vista - RR, este estudo nos leva a organizar esses dados, sistematizar,

confrontar e aprofundar as concepções, a fim de conduzir a comunidade escolar e professores, através de grupos de estudos, à reflexão quanto à aceitação e efetivação da inclusão escolar de alunos portadores de necessidades educativas especiais.

Bibliografia

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Porquê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição República Federativa do Brasil*. Brasília, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (Lei nº 9.394). Brasília, Centro Gráfico, 1996.

COLL, César, PALÁCIOS, Jesus e MARCHES, Álvaro. *Desenvolvimento Psicológico Especiais e Aprendizagem Escolar*. Porto Alegre: Ártemis, 1995.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. *Etnografia da Prática Escolar*. Campinas SP. Papyrus, 1995.

CARVALHO, Rosita Edler. *Removendo Barreiras para Aprendizagem: Educação Inclusiva*. Porto Alegre, mediação, 2000.

FERREIRA, Júlio Romero. *A nova LDB e as necessidades educativas especiais*. Caderno CEDES.

GUIMARÃES, Arthur. *Inclusão que funciona*. In: Revista Nova Escola. Ano XVIII nº 165 setembro, p.43-47. São Paulo. Ed. Abril.

JOVER, Ana. *Inclusão: qualidade para todos*. In: Revista Nova

Escola. Ano XIV, nº 123-Junho, p.8-17. São Paulo, ed. Abril.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 2ª ed. SP -/RJ: HUCITEC / ABRASC01993.

Marco de Ação de Dakar. França: UNESCO, 2000.

Parâmetros Curriculares Nacionais. *Alunos com Necessidades Educacionais Especiais*. Brasília, SEF/ MEC.

SEVERINO, António Joaquim. *Metodologia do trabalho científico* - 21 .ed. ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

Senado Federal. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília, CORDE, 1994.

SANTOS, António Raimundo dos. *Metodologia Científica A Construção do conhecimento*. - 6ª ed. DP&A editora, 2004.

Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos. *Divisão de Educação Especial*. Boa Vista - RR. 2004.

UNESCO, *Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. 1990.